



6 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 20 de agosto de 2025

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,1% São Paulo	136.355 14/8 15/8 18/8 19/8	R\$ 5,500 (+1,22%)	R\$ 1.518	R\$ 6,407	14,90%	14,91%	Marco/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26
		Últimos					
		13/agosto 5,401					
		14/agosto 5,417					
		15/agosto 5,398					
		18/agosto 5,434					



Empresários propõem ajustes nas regras

Parlamentares e setor empresarial publicam carta aberta com seis pontos de preocupação sobre a regulamentação do novo sistema

» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL PATI

Uma carta aberta que elenca preocupações do setor de Comércio e Serviços a respeito da implementação da reforma tributária foi o resultado final do summit Reforma Tributária: regulamentação e competitividade no setor de comércio e serviços e o futuro das fintechs no novo cenário, realizado ontem, em Brasília. O evento, promovido pela União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) e a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS) em parceria com o Correio Braziliense, ocorreu durante todo o dia, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Aprovada no ano passado, a reforma tributária está cada vez mais perto de entrar em vigor. Porém, empresários pedem ajustes na regulamentação e apontam dúvidas sobre o impacto que a reforma terá no dia a dia dos negócios. Por isso, empresários, parlamentares, autoridades do Executivo e especialistas debateram temas como o impacto das mudanças no Simples Nacional — que preocupa micro e pequenos empreendedores — a segurança jurídica na transição e os desafios para o setor financeiro e para as fintechs.

Na abertura do evento, o presidente da Unecs e da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), Leonardo Miguel Severini, enfatizou que a implementação da reforma é uma oportunidade para que o país corrija desvios presentes há décadas no sistema tributário — um dos mais complexos e desiguais do mundo. “A regulamentação vai definir os contornos de um novo sistema. Trata-se de uma oportunidade histórica para corrigir distorções de décadas e avançarmos para um modelo mais justo, simples e eficiente”, discursou Severini. Ele apontou a importância do setor de comércio e serviços como “espinha dorsal” da economia brasileira, responsável por grande

Fotos: Ed Alves CB/DA Press



Severini, presidente da Unecs; Carol Conway, presidente do Abranet; Efraim Filho, senador, e Domingos Sávio, deputado, apresentaram o documento

parte dos empregos, e que enfrenta hoje um grande volume de impostos. “Sabemos que a carga tributária excessiva e a complexidade do sistema têm há anos penalizado nossas empresas, especialmente as micro e pequenas, que enfrentam diariamente enormes desafios para sobreviver e prosperar”, pontuou. Cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) é formado por comércio e serviços.

Assim como Severini, o presidente da FCS na Câmara, deputado federal Domingos Sávio (PL-MG), disse estar “profundamente preocupado” com a micro e a pequena empresa, que ficaram excluídas da modernização justamente porque a reforma não alterou o Simples. “Ficando excluída em um modelo

tributário que é não cumulativo, onde você transfere o crédito para quem compra, e a micro e pequena empresa optante pelo Simples não transferindo crédito, ela corre o risco de ser excluída do mercado, porque perde competitividade”, frisou.

O presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), José César da Costa, também defende que haja mudanças na reforma para manter a viabilidade do Simples. “80% dos nossos associados, hoje, estão dentro do Simples. Queremos que permaneçam. O serviço poderá ser o mais prejudicado, queremos que ele não receba essa carga tão pesada. Nós sabemos que a reforma não vai trazer benefícios reais em termos de redução de impostos, mas

esperamos que ela possa realmente simplificar, trazer tranquilidade e serenidade para o empresário em seu trabalho”, frisou.

Apesar dos receios, há consenso sobre a importância da reforma tributária, e do grande potencial que a medida tem para modernizar a economia brasileira. Severini, por exemplo, compara a simplificação dos impostos com o efeito que o Pix teve sobre as transações financeiras. “O Brasil está se tornando um país mais moderno, digitalizado”, disse o presidente da Unecs.

Carta

A carta aberta enumera seis preocupações dos parlamentares, com o apoio da entidade ligada ao

financeira da operação (split payment); ou ii) pelo adquirente”.

A restrição ao crédito no caso de aquisições de empresas optantes pelo Simples Nacional também é mencionada no texto. Para os parlamentares da frente, o pequeno empresário terá de enfrentar um dilema: “manter-se no Simples, pagando uma alíquota reduzida, mas repassando um crédito menor do que o das empresas fora do regime, reduzindo sua competitividade; ou adotar um regime fiscal híbrido, recolhendo IBS e CBS separadamente, o que aumentará as obrigações tributárias e dificulta a viabilidade operacional para muitos pequenos negócios”.

A carta também trata do desafio para garantir a não-cumulatividade e a neutralidade tributária, que são considerados princípios básicos da reforma.

A FCS defende a inclusão da Emenda 322 ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, de autoria do senador Efraim Filho (União/PB), que também preside a frente no Senado. O texto retira os dispositivos que, na visão dos parlamentares, contradizem o princípio da não-cumulatividade. “Trata-se de medida de justiça tributária, segurança jurídica e incentivo à responsabilidade social empresarial”, destaca o texto.

Além disso, o documento ainda defende a inclusão de associações sem fins lucrativos na lista de não contribuintes do IBS e do CBS. Para o setor, essas entidades desempenham um “papel fundamental” na sociedade e contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Para o senador Efraim Filho, o Brasil deve combater o que ele chama de “tripé nefasto”: burocracia excessiva, carga tributária complexa e insegurança jurídica, que, como destaca o parlamentar, atrapalham a vida de quem quer investir no país.

Entidades temem que o Simples Nacional seja esvaziado

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

O futuro do Simples Nacional e Regimes Especiais foi o tema do primeiro painel do Summit — Reforma Tributária. Hoje, cerca de 90% das empresas do país estão enquadradas no Simples, por isso, possíveis alterações feitas no modelo em função da reforma tributária, preocupam diversos setores.

Durante o evento, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, defendeu que o país aproveite a discussão sobre o novo sistema de impostos para enfrentar problemas estruturais, como a baixa produtividade e a alta informalidade no mercado de trabalho. “Nos últimos 40 anos, nossa produtividade cresceu apenas 25%, enquanto os Estados Unidos cresceram 65%. A reforma tributária pode ser um passo decisivo para destravar esse atraso histórico”, afirmou. No setor

de bares e restaurantes, ainda de acordo com informações dele, a taxa de informalidade chega a 41%, acima da média nacional de 38%.

O gerente de Projeto da Reforma Tributária da Receita Federal Marcos Flores defendeu que a modernização do Simples Nacional destacou que uma das propostas de reforma é a adoção de um regime híbrido, em que empresas do Simples poderão permanecer no regime atual ou migrar para um modelo híbrido combinando Simples com CBS e IBS, ou optar integralmente pelo novo regime tributário. Segundo ele, o regime híbrido é “mais vantajoso para quem vende a outros contribuintes”. Ele citou também a criação da calculadora oficial, que mostra, antes da emissão da nota, como a Receita interpreta o tributo a ser pago. “É um salto de transparência”, afirmou.

Karoline Lima, coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Confederação



Para Solmucci, é preciso enfrentar temas mais estruturais

Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), alertou que a transição da reforma tributária preocupa micro e pequenos empresários e defendeu ajustes no Simples Nacional.



Karoline Lima reforça que a transição preocupa empresários

“Quem está no dia a dia está extremamente preocupado com o futuro, que é daqui a dois anos”, afirmou Karoline. Segundo a advogada, inúmeras avaliações apontam



Coutinho aponta que hoje se tem um “pandemônio tributário”

“para o esvaziamento do Simples em direção ao IVA”. “Mas é preciso lembrar: 90% das empresas do Brasil estão no Simples”, alertou. O coordenador da Frente

Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, Augusto Coutinho (Republicanos-PE), por sua vez, defendeu que a regulamentação da reforma tributária precisa ser acompanhada de perto para evitar distorções e insegurança jurídica. Para ele, no entanto, a aprovação da reforma marca um avanço histórico. “Estou na vida pública há 35 anos e sempre ouvi que a reforma tributária era uma das mais importantes, como de fato é. A gente avançou muito, vamos ter um dos melhores sistemas tributários do mundo, eu não tenho dúvidas disso”, afirmou.

O deputado explicou que o Simples Nacional seguirá como regime diferenciado para micro e pequenas empresas, mas ganhará mais flexibilidade. “Não muda muito para o Simples, mas abre alternativas. Você pode optar para permanecer como está, fazer um híbrido dos dois, ou aplicar efetivamente o IBS e o CBS. Isso vai depender muito do tipo de serviço que você faz”, disse.